# CULTURA INDIGENA E O OLHAR CULTURAL

DEBORA CAROLINE LEITE DE OLIVEIRA

**RESUMO:**

Com leis que garantem a disseminação cultural dos povos fundadores do país, percebe-se que ainda falta muito para que os alunos entendam a importância deste grupo, a sonegação dos direitos básicos e a desinformação marcam o que se sabe sobre os indígenas. Ao longo dos anos, por toda a história da humanidade, houve conflitos entre grupos étnico-sociais diferentes. Os países existentes hoje, passaram por uma formação com miscigenação, assim como aconteceu no Brasil. Este artigo abordará sobre a cultura e história indígena deste país, e a obrigatoriedade do estudo desta etnia, formadora do povo brasileiro, nas escolas, para que a história de um povo não desapareça ao longo dos anos. Também, por meio de estudo bibliográfico, se abordará sobre a escravidão dos indígenas e como isto deixou marcas como o racismo e a intolerância frente a cultura deles.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preconceito; Inclusão; respeito; História; Indígena.

## INTRODUÇÃO

Ainda se faz necessário orientar a prática docente a fim de que o ensino dessa cultura não fique limitada apenas ao "Dia do Indio", marcado pela data de 19 de Abril. Isso porque o que vemos em muitas escolas é a comemoração ou a menção a esse assunto apenas nessa data, fazendo pinturas no rosto das crianças, por exemplo, ou dando papéis com desenhos de indígenas para que elas possam colorir. Por isso, o presente estudo tem por objetivo discutir a Lei nº 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade da cultura indígena nas escolas públicas e privadas, bem como práticas pedagógicas voltadas para esse ensino em especial, na Educação Infantil, baseada em uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo como aporte teórico, diversos estudiosos que pesquisam a área de Educação e às políticas públicas, a formação de professores e as práticas pedagógicas, bem como a própria disciplina de História.O presente artigo discute a implementação da lei nº 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade da cultura indígena nas escolas públicas e privadas de todo o Brasil, bem como as práticas pedagógicas voltadas para esse ensino em especial, na educação infantil. O agosto indígena, promovido todos os anos pelo ensino da prefeitura municipal de ensino de São Paulo, compreende ações educativas desde a educação infantil, que se estendem por toda a educação básica. Ainda justifica-se o presente artigo pelo fato de que ainda nos dias de hoje, muitas escolas ainda não trabalham com, o tema, ou quando trabalham o restringem a projetos realizados exatamente no dia 19 de abril, conhecido como dia do índio. Assim, para o docente da educação infantil é importante trabalhar a questão da cultura indígena do ponto de vista da inclusão propiciando à criança o conhecimento dos aspectos positivos dessa população em relação à cultura nacional, fazendo associações às tradições indígenas, como por exemplo, contos e mitos indígenas, músicas, culinária, artes plásticas, entre outras proposições.

Com o Brasil começando a ser colonizado por Portugal, muito de sua cultura também se estabelecia em nosso país e isso se misturava com as tribos indígenas que aqui já estavam. Com a vinda dos portugueses, junto chegou à religião entre muitas outras coisas como a sua comida típica e até mesmo o teatro, para quem não sabe o teatro foi trazido para o Brasil por Portugal. Como tal esta Diversidade é de fato uma realidade nas nossas escolas, e isso exige dos professores e da escola redobradas responsabilidades, no sentido de desenvolverem um trabalho interdisciplinar, com a finalidade de formar cidadãos do mundo, capazes de viver na nossa aldeia global e de interagir de modo construtivo com a Diferença.

A pesquisa da cultura indígena foi regulamentada inicialmente pela Lei Federal nº 11.645/2008, que criou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio.

Ainda, o docente deve escolher conteúdos que sejam significativos e provoquem o interesse das crianças. Mas como inserir esse conteúdo no contexto da Educação Infantil? Pensando nisso, o profissional deve considerar diferentes possibilidades que podem ser desenvolvidas a partir dessa temática como: a cultura e os hábitos; alimentação; tipo de moradia; locais onde vivem; brincadeiras, brinquedos, etc.

Isso porque até então a história do indígena era contada a partir de imagens e de histórias presentes em livros do Ensino Fundamental, no qual primeiramente estuda-se o descobrimento do Brasil, para daí vir à discussão sobre os povos indígenas, trazendo questões como a colonização, catequização e escravidão. De acordo com Bergamaschi e Gomes:

Predominavam nos livros didáticos de história narrativos que abordavam os povos indígenas como representantes do passado, só aparecendo como primeiros habitantes do Brasil, concepções responsáveis pela formação de muitas gerações escolares (BERGAMASCHI e GOMES, 2012, p. 56).

É preciso de fato a interação entre os

seres humanos como forma de compreendermos melhor o outro ao nosso redor. Portanto é necessário entender a escola, como um sistema, para poder analisar a questão da interação que ocorre dentro e fora dela, é preciso ter presente os vários atores educativos que intervêm no processo escolar.

O reconhecimento desta diversidade nas nossas salas de aula é uma realidade com que os professores e demais agentes educativos se confrontam diariamente, e exige uma postura de reflexão sobre o decorrer dos processos de ensino e de aprendizagem. Sabendo que na sala de aula deparamos sempre com a diversidade de alunos, portanto neste caso os professores têm um grande papel a desempenhar perante esta situação, e cabe a ele ajustar os conteúdos às necessidades dos alunos, ou seja, deve fazer uma diferenciação pedagógica.

Com o documento, a orientação quanto ao conteúdo programático incluiu a discussão de aspectos da história e da cultura indígena que caracterizam a formação da população brasileira, bem como o resgate as contribuições na área social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Além disso, os conteúdos deveriam ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas disciplinas/áreas de Arte, Literatura e História brasileiras.

## A CULTURA EXPANSIVA NA REDE

A escola possui papel fundamental em educar para a diversidade de etnias, raças, gênero, entre outras questões, em uma sociedade cada vez mais multicultural e plural que precisa aprender a conviver com suas diferenças e diversidades. A família também tem participação nisso, uma vez que possui uma estreita relação com a escola, pois, a criança/adolescente que frequenta a sala de aula é o mesmo do ambiente familiar, criando um hibridismo cultural entre o sistema educacional e a sua casa/família:

As lógicas socializadoras das famílias, especialmente as das camadas populares, e das escolas são divergentes e muitas vezes contrastantes: para compreender as relações entre as famílias populares e a escola, é preciso levar em conta o fato de que essas relações colocam em jogo maneiras de estar com as crianças, maneiras de examinar as aprendizagens, maneiras de comunicar, ou, ainda, maneiras de regular os comportamentos juvenis ou infantis (BARBOSA, 2007, p. 12).Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, os negros africanos vieram para o Brasil a fim de substituir o trabalho indígena, e aqui suas crianças encontraram espaço para vivenciar os seus jogos. Assim, com o passar dos séculos, das mudanças enfrentadas pela sociedade entre outras situações promoveram a continuidade dessas culturas, fazendo com que os jogos e brincadeiras presentes na cultura portuguesa, indígena e africana acabassem por se fundirem a cultura lúdica brasileira (BRASIL, 2008).

A Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2004; 2008), promulgou a obrigatoriedade sobre a história e a cultura indígena nas escolas de Educação Básica. A ideia ao que tudo indica, seria a reparação histórica e cultural que requer um intenso debate, bem como discussões e reflexões a respeito do tema, tanto na cultura brasileira quanto nos contextos acadêmicos, priorizando a valorização da contribuição indígena (LUCIANO, 2006).

A ideia do Ministério da Educação e Cultura (MEC) é resultado de uma definição de políticas sustentáveis a fim de instrumentalizar mudanças e a diversidade, bem como as práticas pedagógicas e as relações interculturais, porém, devemos lembrar que esta encontra pouca ressonância nas práticas pedagógicas concretas (BRASIL, 2002). Assim, podemos destacar inicialmente a fala de Bonin sobre o contexto do indígena nas escolas:

Esse índio, objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares, é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como alegria, ingenuidade, liberdade. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígenas em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira (BONIN, 2008, p. 318).

Diferentes autores compreendem o conceito de estratégias pedagógicas em educação e o conceito de diferença. Existem duas grandes linhas do multiculturalismo que podem ser destacadas: a) Aquela voltada às lutas específicas apoiadas nos movimentos sociais. 2. Aquela que privilegia o desenvolvimento de propostas e práticas curriculares multiculturalmente praticadas nas escolas, subsidiando assim, pesquisas e discussões a respeito do tema (NASCIMENTO, 2011).

O ensino relacionado às diferenças culturais está no engajamento comum, na incessante construção da cultura, para que outras diferenças possam ser assim, produzidas. Não há uma cultura acabada, mas sim em processo de ser cultura (NASCIMENTO, 2013).

Assim, a escola é o espaço em que as diferentes culturas sejam elas: pessoais, infantis e adultas, das diferentes classes sociais, se encontram, convivem, passam por confrontos e se entrelaçam culturalmente. Caracterizada pela cultura híbrida, misturando experiências e culturas, retirando qualquer hegemonia cultural ou etnocentrismo de uma determinada cultura, afirma a pluralidade e a diversidade de culturas que constituem a base da sociedade em sua for-

mação (ARIÉS, 1981).

Por tudo isso, políticas públicas e leis foram criadas a fim de orientar os documentos voltados para a Educação Básica, como foi o caso da Lei nº 11.645/2008, que criou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. Ministrado em todo o âmbito do currículo escolar, a iniciativa pertence às ações afirmativas do governo federal, buscando entre outras medidas, levar a igualdade de grupos e pessoas que foram desfavorecidas durante a história e conscientizar que parte dessa população sofre ou já sofreu algum tipo de discriminação étnico-racial (ARIÉS, 1981).

Essa diversidade étnico-racial compreendida pela legislação e inserida no contexto educacional transforma a escola em um palco de debates e formações múltiplas para a criança, partindo de diferentes realidades, a fim de favorecer a construção de uma sociedade multicultural e intercultural. O trabalho de formação infantil cria inúmeras possibilidades, que além de ricas ampliam o campo de conhecimento na escola (ARIÉS, 1981).

Quanto à discussão pedagógica, Candau e Moreira (2008) no texto "Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas" trazem à tona os desafios enfrentados pelas escolas atualmente, ao tratar de questões para os quais não foram preparados. Por isso, o que se tem visto nas escolas, muitas vezes é o silêncio em relação ao tema, ao invés de fomentar as discussões e debates a respeito da diversidade sociocultural:

Esta preocupação supõe o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, dos diversos saberes e práticas, e a afirmação de sua relação com o direito à educação de todos/as. Reconstruir o que consideramos „comum a todos e todas, garantindo que nele os diferentes sujeitos socioculturais se reconheçam, garantindo assim que a igualdade se explicite nas diferenças que são assumidas como comum referência, rompendo assim com o caráter monocultural da cultura escolar (CANDAU, 2011, p. 28).

Desta forma, discutir as práticas escolares voltadas para a valorização das diversidades socioculturais, significa repensar no conhecimento sobre as expressões socioculturais das várias populações, grupos e indivíduos que constituem a sociedade brasileira (BNCC 2001, p. 23).

No caso dos livros didáticos de História a maioria acaba difundindo textos e imagens que reforçam a ideia do índio construída pela visão dos colonizadores. Os textos geralmente atribuem denominações a determinadas ações violentas dos portugueses em relação aos povos indígenas durante o processo de colonização no Brasil, considerando que a catequização, que desconsiderou as crenças indígenas, além da própria escravidão reporta a efeitos "benéficos" em nome da civilização.

Segundo Costa (2016), no artigo intitulado "A importância da cultura indígena na Educação Infantil: Relato de prática pedagógica", a autora enfatiza que discutir a diversidade cultural na Educação Infantil é de extrema importância. Isso porque, propostas pedagógicas voltadas para a valorização da cultura indígena, contribuem não somente para a difusão desta cultura em especial, mas acima de tudo para coibir a exclusão, a discriminação, o racismo e o preconceito. Ainda de acordo com a autora, os docentes da Educação Infantil devem se atentar para o trabalho com projetos que incentivem a aceitação e o respeito às diferenças, independentemente de raça, gênero, etnia, religião ou cultura.

Assim, para o docente da Educação Infantil é importante trabalhar a questão da história indígena do ponto de vista da inclusão propiciando a criança o conhecimento dos aspectos positivos dessa população em relação à cultura nacional, fazendo associações às tradições indígenas, como por exemplo, contos e mitos indígenas, músicas, culinária, artes plásticas, entre outras proposições (COSTA, 2016).

No caso da literatura, encontramos o exemplo do Projeto Leiturinha e o do Banco Itaú que trás uma coleção de livros infantis relacionadas à cultura indígena, que garantem a identidade e a cultura indígena, pensando nas crianças para que elas sempre lembrem das "raízes que formam o povo brasileiro", (COSTA, 2016).

Para Costa (2016), em relação aos brinquedos e brincadeiras indígenas, pode-se dizer que há vários sites na internet que indicam quais são, como são e como confeccionar os materiais. A ideia é conhecer e valorizar as brincadeiras de origem indígena, além de confeccionar os próprios brinquedos. Quanto a Arte o docente pode trabalhar a cultura indígena através de imagens e figuras, fazendo com que as crianças desenhem o que apreenderam durante a atividade.

Na música, o docente pode trazer para a sala de aula, o canto indígena, a sonorização, a dança, além de instrumentos relacionados com a música indígena. Enfim, a cultura indígena deve ser trabalhada de diferentes formas, nas mais variadas datas, independentemente do dia 19 de abril que é o dia oficial do Índio no Brasil (COSTA, 2016).

Infelizmente vemos que muitas vezes, as escolas ficam limitadas a essa data, contando de forma simplificada ou até mesmo equivocada o grande legado que esta cultura deixou na nossa. Como exemplo, podemos citar a Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo que apresenta uma preocupação em especial relacionada a essas questões. Tem- -se, por exemplo, o chamado Agosto Indígena (COSTA, 2016).

Assim, percebe-se que as novas configurações familiares estão inseridas no mundo do trabalho e apontam para a necessidade da Educação Infantil se voltar para o grupo familiar e para a própria criança oriunda de diversos contextos sociais. No entanto, a respeito da importância desta instituição social, esta não é a única solução para os problemas contidos na sociedade atual. O que cabe aqui é dar o justo reconhecimento na melhoria da qualidade de vida infantil no contexto histórico atual, como um direito das crianças que não pode de forma alguma ser negado (MORAES, 2005).

## LEIS AMPLAS PARA CULTURA INDIGENA

Ainda, a ideia das políticas públicas no tocante as escolas inclui mudanças no Projeto Político Pedagógico, também como, por exemplo, a inclusão das leis: I – A Constituição Federal de 1988; II – Lei Federal nº 9.394/1996, em seu artigo 26 (Alterado pela Base Nacional Comum Curricular – 12.796/2013, Art. 3º, inciso XII – considerando a diversidade étnica racial); III – Lei Federal nº 10.639/2003 (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana); IV – Lei 11.645/2008 (obrigatoriedade da História e da cultura africana, afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar); e V – O Plano Nacional de Implementação das Diretrjzes Curriculares de Educação às Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (2009; 2013) (SEDUC, 2017).

Inicialmente a Educação Infantil passou por transformações, incluindo O currículo nos últimos anos. A Constituição de 1988 incluiu as Creches e Pré-escolas dentro do Ensino Básico, e apesar dos avanços da década de 1990 a questão entre "o cuidar e o educar" não ficou muito clara, onde as creches permanecerem com um caráter mais assistencialista que educacional.

O cenário político atual relacionado aos direitos sociais no Brasil é pertinente ao debate sobre as políticas de reconhecimento e respeito às diversidades socioculturais existentes. A discussão a que se refere às relações étnico-raciais implementadas na Educação e especialmente no Ensino de História e das expressões socioculturais dos povos indígenas no Brasil, traz reflexões a respeito da teoria e da prática.

Em 2009, a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e o Conselho Nacional de Educação, os documentos trouxeram orientações quanto ao trabalho pedagógico na Educação Básica a fim de garantir à criança a educação presente nos Parâmetros Nacionais na Educação.

A qualidade do ensino advém de um trabalho coletivo, participativo e democrático em processo de construção, criando sentido para as diferenças e similaridades encontradas. A própria cultura infantil é rica em diversidades, independentemente do seu reconhecimento social ou da sua aceitação. Quanto menos tivermos um padrão na forma de se fazer cultura, maior será a possibilidade da criação de novas culturas, bem como de renovações culturais. A diversidade cultural está presente em toda a escola não apenas em posições ideológicas, mas também nas raças, etnias, religiosidades, dentre outras formas pluriculturais existentes.

Assim, o reconhecimento das diversidades socioculturais que se encontram presentes na Carta Magna, contribuiu para o Plano Decenal de Educação (1993-2003) e da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), que incluiu a discussão sobre a diversidade étnico racial brasileira nos currículos da Educação Básica, destacando-se o Artigo 26, parágrafo 4º: "O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia".

A Lei nº 10.639 de 2003, alterou o Artigo 26 da LDBEN, tornando obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira em todas as escolas de Educação Básica, especificando os conteúdos dentro de todo o currículo escolar. Em 2008, essa mesma Lei sofreu alterações com a ampliação do seu texto originando a Lei nº 11.645/2008, que acrescentou os estudos da história e das culturas dos povos indígenas: "Artigo 26A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena".

Essa situação não só modificou a Educação Básica no país como também trouxe mudanças significativas na formação dos professores. Essa temática modificou a dinâmica da formação nos cursos de Pedagogia e a compreensão sobre a identidade docente, tendo em vista a complexidade do tema, a diversidade sociocultural e a ampliação na compreensão sobre os indivíduos e suas culturas (RIBEIRO, 2009).

## AMPLO PODER DE CONHECIMENTO

No período de transição entre o Império para a República, outra vez o sistema educacional foi colocado em debate, pois naquele momento era considerado um caminho de suma importância no desenvolvimento da sociedade brasileira, à espera da época é que a educação fosse capaz de colaborar para o progresso e também se se buscava o aumento dos eleitores para que pudessem corresponder aos interesses das elites.

Segundo Zilma de Oliveira (1994), antigamente não existia um olhar afetivo para criança e não havia preocupação com seu desenvolvimento, ela era vista como um adulto em miniatura e o que a diferenciava era apenas a força e o tamanho. Não existiam valores que fossem assegurados pela família, mas sim pelos adultos do seu convívio.

De acordo com Oliveira (1994), houve um questionamento impulsionado pelo Movimento da Escola Nova de como essa criança deveria se desenvolver, foi então no século XX que surgiram grandes teóricos como Comenius, Pestalozzi, Froebel, Maria Montessori e Rousseau, Piaget e Vygotsky com ideias inovadoras que contribuíram para que essa criança tivesse um bom desenvolvimento nos anos iniciais, sabendo que é no início da vida que construímos grandes homens, e dessa maneira ele poderá ser inserido na sociedade sabendo dos seus direitos e deveres. Com a contribuição de Comenius, Pestalozzi, Froebel, Maria Montessori, Rousseau, Piaget e Vygotsky ideias foram adiante, e até hoje essas ideias estão inseridas na Educação Infantil com propósito de ajudar no desenvolvimento da criança.

A educação infantil se insere em um contexto histórico e social decorrente das mudanças produzidas pelo capitalismo industrial no século XIX, que passou a incorporar o trabalho feminino e da criança no sistema fabril. Embora, segundo Aranha (2006), no período anterior da Revolução Industrial e durante ela, a questão da educação já ocupasse o pensamento de grandes filósofos, que defenderam a importância da educação para todos os seres humanos.

Portanto, Aranha (2006) fala da pouca discussão sobre a infância e sua educação, limitando a organização de um sistema de ensino e de propostas metodológicas para o ensino das crianças pequenas. Isso limitou as potencialidades e as oportunidades de desenvolvimento, comprometendo a visão educacional na infância e dos trabalhadores neste nível educativo.

Como afirma Aranha (2006), a infância nem sempre foi concebida como nos dias atuais, pois esteve sujeita as mudanças socioeconômicas, políticas culturais que as sociedades passaram. A composição da família, os registros familiares e eclesiásticos, entre outros aspectos, também não foram os mesmos, as mudanças demonstram que ocorreram transformações, não se podendo tomar cada período como algo acabado.

Segundo Luzuriaga (1976), as concepções teóricas de Comenius apresentavam consistência, mas sempre procuraram articular dois campos: do filosófico ao religioso, onde a educação para todos seria possível através da organização e divulgação do saber. Mas, nem o caráter inovador da sua proposta pode garantir que elas fossem postas em prática de uma maneira mais ampla, logicamente no contexto histórico da época e também da trajetória de vida do autor.

Para Aranha (2006), é a partir do século XVI, que surgiram as descobertas científicas, as quais provocaram o prolongamento da vida, ao menos da classe dominante. No mesmo século, surgem duas atitudes contraditórias no que se refere à concepção de criança: uma a considera ingênua, inocente e é traduzida pela "paparicação" dos adultos; enquanto a outra a considerava imperfeita e incompleta e é traduzida pela necessidade de o adulto moralizar a criança.

No século XIX,influenciados pelas mudanças econômicas e sociais, surge uma nova concepção de educação com Pestalozzi, Froebel, Montessori e Rousseau, como afirma Aranha (2006). Para os pensadores, a préescola era encarada como uma forma de superar a miséria, a pobreza, a negligência das famílias. Mas sua aplicação ocorreu efetivamente no século XX, depois muitos movimentos que indicavam o precário trabalho desenvolvido nesse nível de ensino, prejudicando a escola elementar.

Pestalozzi 1746-1827, (Nova Escola 2008), traz seu pensamento como proposta na crença da bondade do ser humano, e na caridade praticada em torno das classes menos favoráveis, ele entusiasma empresários a construir creches para os filhos dos operários, pregou que a principais funções para o desenvolvimento das crianças são suas habilidades naturais e inatas, dizia que a criança tem que ser educada em um ambiente o mais natural possível colocando para fora o que tem dentro de si, sendo assim favorável para construção do desenvolvimento do caráter infantil. Discípulo de Pestalozzi, Froebel (1782-1852) foi considerado o primeiro educador a apostar nos brinquedos, ele mostra a importância dos desenhos e das atividades que requerem movimentos corporais.

Em 1837, na Alemanha, Froebel cria o jardim da infância tendo como base as idéias de Pestalozzi.Froebel era influenciado por um ideal político de liberdade, quando ele traz esse espaço relacionado ao desenvolvimento da criança ele propõe condições que favoreçam esse desenvolvimento, e assim as crianças se tornavam livres para compreender a si própria, através de ambientes diversificados com recursos pedagógicos, elas poderiam se expressar de diferentes maneiras com atividades ricas para construção do desenvolvimento, segundo Froebel o conhecimento chega através de manuseios de objetos, e participação em diversas atividades de livre expressão.

Maria Montessori 1870-1952, (Nova Escola 2008), é um dos grandes nomes, que aparece como construtores de ideias na educação infantil, Montessori defendia que uma das funções da educação era de certa forma

favorecer o progresso infantil de acordo com as necessidades de cada criança. Sua marca foi trazer materiais de uso pedagógico que beneficiava o desenvolvimento da criança, foi ela a própria responsável pela diminuição do tamanho da mobília usada pelas crianças na pré-escola, desenvolve jogos e materiais essenciais para uso educativo, com materiais apropriados para estimular e desenvolver, colocando a criança diante de situações que poderiam colaborar para evolução de diversas funções psicológicas.

Com seu pensamento Rousseau teve um papel importante na educação moderna, ele era a favor de ensinar a criança a viver para então trazer a ela uma aprendizagem que poderia levá-la ao exercer sua liberdade. Como observa, o contexto socioeconômico influenciou o início da Educação Infantil, que não possuía uma proposta concreta voltada para a instrução, ligava-se a tradição da educação informal familiar. As mudanças econômicas, sociais e culturais que ocorriam na Europa, no campo educacional repercutiram em alguns intelectuais brasileiros, que tentaram apresentar propostas para imprimir novos rumos à educação brasileira. Essa etapa da história em que a concepção de infância se construiu transformou a visão que se tinha das crianças. Os pequenos passaram a ter lugar de destaque na sociedade, que passou a valorizar a infância. Essa valorização contribuiu para o desenvolvimento do olhar pedagógico dentro da educação, preocupada com as novas adaptações de métodos educacionais que satisfizesse as novas demandas desencadeadas por estas transformações.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI 1998), traz a concepção de infância como construída historicamente e a ideia de que atualmente não há apenas uma maneira de se considerar a criança, pois há múltiplas diversidades de realidades sociais, culturais, étnicas e etc. que podem interferir nessa noção de infância. Sabemos que existem crianças que trabalham que são exploradas, que sofrem maus tratos e abusos, que não possuem seus direitos garantidos.

A concepção de infância (RCNEI-1998), que temos nos dias atuais é uma visão construída historicamente, em que é possível perceber o contraste existente entre a atualidade e algumas décadas atrás. A criança passou a ocupar um local de destaque na sociedade muito diferente da época em que sua presença era praticamente imperceptível. Nesta época na sociedade medieval, as crianças eram inibidas de participar socialmente da vida comunitária e eram tratadas como um pequeno adulto, passando despercebidas suas características e peculiaridades.

Segundo os estudos de Kuhlmann (1998), a primeira creche foi inaugurada em 1889 ao lado da Fábrica de Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro. Neste ano, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro criou a rede assistencial expandindo-se por todo Brasil. Representando assim uma instituição filantrópica e uma organização racional do assistencialismo, neste sentido substituição a caridade. Eram instituições, de cunho religioso, não havia propostas formais de instrução para as crianças, porém tinham atividades voltadas para o canto, as rezas, as passagens bíblicas, aos exercícios de leitura e também à escrita, no intuito de instruir às crianças atendidas, a um bom comportamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização desta pesquisa foi escolhida metodologia qualitativa, pois, este tipo de estudo apresenta caráter conclusivo, uma vez que quantifica um determinado problema, como neste caso, as experiências enriquecedoras que a cultura indígena trás durante o desenvolvimento de atividades relacionadas à musicalização, a cultura, ao desenho, a sonoridade, as brincadeiras, entre outras questões relacionadas ao tema e ao trabalho em grupo constituindo excelente exercício mental e físico, compreendendo o respeito, à diversidade e a inclusão ao mesmo tempo.

Desta forma, como aporte teórico deste artigo, baseamo-nos em legislação específica na implementação da Cultura Indígena no ensino da Educação Básica, além de autores como Luciano (2006), Bonin (2008), Ribeiro (2009), Nascimento (2011), Costa (2016), entre outros autores que trazem a problemática referente à Lei Federal nº 11.645/2008, que criou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio; a formação docente; o contexto da cultura indígena; e por fim, as práticas educativas voltadas para a inserção da cultura indígena na Educação Infantil, tema abordado no presente artigo.

O presente artigo teve por objetivo realizar levantamento bibliográfico documental a respeito da Lei nº 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade da cultura indígena nas escolas públicas e privadas, bem como práticas pedagógicas voltadas para esse ensino em especial, na Educação Infantil, baseada em uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo como aporte teórico, pesquisadores da área de Educação e às Políticas Públicas, a formação de professores e as práticas pedagógicas, bem como o próprio contexto dentro da disciplina de História.

Interessante destacar o trabalho com a cultura indígena marcada na Secretaria Municipal de Educação (SME) relacionada às práticas nas escolas da Prefeitura Municipal de Ensino de São Paulo, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental.

## REFERÊNCIAS


ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro. Ltc, 1981.

BERGAMASCHI, M.A. Povos indígenas e Ensino de História: a Lei Nº 11.645/2008: como caminho para a interculturalidade. In, BARROSO, Vera Lucia Maciel. et. al. (Orgs.). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre, Estação Exclamação/ ANPUH-RS, 2010, p. 151-166.

BERGAMASCHI, M.A.; GOMES, L.B. Ensaios de educação intercultural. Currículo sem fronteiras 12.1 (2012): p. 53-69.

BONIN, I.T. Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura infantojuvenil que chega às escolas? In: SILVEIRA, Rosa Hessel (Org.). Estudos culturais para professor@s. Canoas: Editora da Ulbra, 2008. Disponível em: Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena". Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008.

CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. In, CANDAU, Vera Maria (Org.). Diferenças culturais e educação: construindo caminhos. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2011, p. 13-34.

COSTA, J.C.S.C. "A importância da valorização da cultura indígena na educação infantil: relato de prática pedagógica". In: ANAIS DO CONGRESSO INFANTIL DE EDUCAÇÃO INFANTIL / CONGRESSO DE CRECHES UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE/ UDUAL, 2016. Anais eletrônicos... Campinas, GALOÁ, 2018. Disponível em: https:. Acesso em: 01 jun. 2021.

LUCIANO, G.S. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: SECAD/LACED, 2006.

MORAES, Andréa Alzira de. Educação Infantil: Uma Análise das Concepções de Criança e de sua Educação na Produção Acadêmica Recente (1997-2002). Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE/UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: Acesso em: 25 mai. 2020.

NASCIMENTO, M. L. P. Algumas considerações sobre a infância e as políticas de Educação Infantil. Educação e Linguagem. V. 04 nº 23/24. Dez, 2011.